



Sindicato dos Professores da Região Centro

ESTUDO

O Município como entidade promotora das AEC

Conferência de Imprensa, 15 de Julho de 2008

REGIÃO CENTRO

Julho – 2008

Nota introdutória

Os municípios, desde 2005, têm vindo a protagonizar, de forma crescente, a promoção das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), no 1º Ciclo do Ensino Básico, impostas pelo ME. O envolvimento expressivo dos municípios enquanto entidade promotora das AEC é confirmado pelos dados divulgados pela CAP (2007:22), os quais indicam que no ano lectivo 2006/07, eram os responsáveis pela promoção dessas actividades em 811 agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas (89%) e, também, pelos resultados do primeiro estudo que o SPRC (2007:9) realizou junto dos municípios da região centro sobre a organização das AEC, os quais revelavam que dos 81 municípios envolvidos, apenas 1 não se tinha assumido como entidade promotora. Este estudo, permitiu ao SPRC caracterizar as AEC quanto à sua organização em cada concelho, quantificar o número de professores envolvidos, identificar as tipologias de contratação dos docentes, o financiamento, os constrangimentos sentidos no seu desenvolvimento, entre outros. As conclusões desse estudo permitiram ao SPRC acompanhar de forma mais informada o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular no terreno, intervir sindicalmente junto dos professores envolvidos directamente nessas actividades e, simultaneamente, junto do Ministério da Educação que detém a responsabilidade política do Programa, com vista à introdução de melhorias pedagógicas, profissionais e a nível do seu financiamento.

Dada a credibilidade dos resultados do Estudo das AEC levado a cabo pelo SPRC na região centro (2007), as recomendações introduzidas pelo Ministério da Educação para a execução deste Programa em 2007/08 e o avolumar de preocupações resultantes das consequências dos modelos de organização e formas de dinamização das actividades de enriquecimento curricular (AEC) que decorrem das opções políticas e instrumentais assumidas por cada um dos municípios enquanto entidade responsável pela sua promoção, o SPRC decidiu que, em 2008, se impunha actualizar o estudo junto de todas as Câmaras Municipais da região centro; que o presente trabalho visa sintetizar.

1. Objectivos do estudo

De acordo com o texto do ofício enviado às Câmara Municipais, o SPRC pretendeu recolher informação que permitisse actualizar a caracterização das actividades de enriquecimento curricular, na perspectiva das competências políticas, legais e instrumentais dos municípios, enquanto entidades promotoras, para:

- confirmar e quantificar a predominância dos municípios enquanto entidade promotora das AEC, face às restantes;
- identificar o tipo de parcerias estabelecidas pelos municípios para a execução das AEC;
- quantificar o número de EB1 com flexibilidade curricular, em consequência da introdução das AEC;
- caracterizar o universo dos professores das AEC (nº professores; horário semanal; tipologia de contrato e valor pago por hora);
- contabilizar o financiamento atribuído pelo ME para as AEC, por distrito e por concelho;
- verificar o grau de cumprimento por parte dos municípios das recomendações do ME para o ano lectivo 2007/08;
- identificar e analisar os principais constrangimentos que os municípios enunciam existirem;
- identificar e analisar as sugestões indicadas pelos municípios para melhorar a qualidade das AEC

2. Ficha Técnica

O presente estudo decorreu ao longo dos primeiros seis meses de 2008 e dado por concluído no dia 1 de Julho, dia em que é tornado público, em Coimbra, no âmbito de um Seminário sobre as “Actividades de Enriquecimento Curricular: presente e futuro”.

Os dados deste estudo foram obtidos junto dos municípios da região centro através do envio de um inquérito por questionário, o qual continha sete grupos de questões:

1. Identificação (do município, da entidade promotora, as parcerias estabelecidas e rede escolar);
2. Horário de funcionamento (da actividade curricular e das actividades de enriquecimento);
3. Professores (recursos humanos envolvidos; “arco de valores” atribuído por hora; periodicidade de pagamento e tipologia do contrato)
4. Financiamento (modalidade);
5. Recomendações do Ministério da Educação para o ano lectivo 2007/08 (remunerações, habilitações e contagem de tempo de serviço dos professores das AEC; elaboração dos horários dos alunos e dos professores para as AEC);
6. Constrangimentos detectados;
7. Sugestões (indicação de duas medidas para a melhoria das AEC).

2.1. Amostra

A recolha de dados foi realizada através de inquérito por questionário sobre uma amostra de oitenta e nove (89) municípios que compõem a área de influência do SPRC: 11 municípios do distrito de Aveiro; todos os municípios dos distritos de Castelo Branco (11), Coimbra (17), Guarda (14) e Viseu (24) e, ainda 12 municípios do distrito de Leiria. Esta amostra engloba a totalidade dos municípios da área da DREC – 76 –, 11 da área da DREN (pertencem ao CAE Douro Sul) e 2 pertencentes à DREL (Alcobaça e Nazaré).

A maioria dos municípios da amostra respondeu ao inquérito, totalizando a percentagem global de respostas 88,8%: dos 89 municípios que constituem a amostra, apenas 10 não responderam ao inquérito: 3 do distrito de Castelo Branco; 1 de Coimbra, 1 da Guarda e 5 de Viseu. Os municípios dos distritos de Aveiro e de Leiria que integram a amostra responderam na totalidade.

Quadro 1 – Municípios que responderam ao inquérito por questionário

Distrito	Nº Municípios p/ Distrito	Nº Municípios respondentes	%
AVEIRO	11	11	100,0%
C. BRANCO	11	8	72,7%
COIMBRA	17	16	94,1%
GUARDA	14	13	92,9%
LEIRIA	12	12	100,0%
VEISEU	24	19	79,2%
Total	89	79	88,8%

Tal como se pode observar no Quadro 1, os municípios dos distritos de Aveiro e Leiria, que fazem parte da amostra, responderam na totalidade; o distrito que obteve menor percentagem de respostas foi o de Castelo Branco (72,7%), seguido de Viseu com 79,2%, Guarda 92,9% e Coimbra 94,1%.

Feita a leitura de todos os questionários, verificámos que, na sua grande maioria, os municípios responderam a todas as questões colocadas; no entanto, as questões que obtiveram a menor percentagem de respostas são as relacionadas com dados solicitados sobre os professores (horários e tipologia de contrato) e as relacionadas com os constrangimentos detectados e as sugestões. Apesar de existirem municípios que não responderam ou responderam parcialmente às questões atrás mencionadas, são em número reduzido e, por isso, não condicionaram a análise dos dados e as respectivas conclusões, como se poderá verificar ao longo da explanação e interpretação dos resultados.

Todas as questões foram analisadas e, para cada uma delas, elaborados quadros- síntese bem como os gráficos considerados relevantes. Por razões de contenção não se apresenta aqui a análise feita por concelho/distrito, cujos dados foram tratados, e de que existem quadros-síntese que podem ser disponibilizados pela entidade responsável pelo estudo – SPRC.

3. Principais resultados

Apresentam-se de seguida os resultados obtidos a partir das respostas ao questionário já referido.

Os dados apresentados põe em evidência traços comuns na promoção das AEC, destacando-se os seguintes: flexibilidade curricular; atribuição de horários diminutos à grande maioria dos professores das AEC, o recurso ao contrato para prestação de serviços como modalidade dominante; a periodicidade de pagamento mensal aos docentes das AEC; e a candidatura ao financiamento máximo -250€-. Não obstante, revelam também a diversidade de opiniões no que respeita aos confrangimentos detectados e às sugestões feitas por cada um dos municípios, verificando-se, ainda, uma grande diversidade no tipo de entidade que estabeleceram parcerias com os municípios para a execução do programa no respectivo concelho, nos montantes pagos por hora aos professores e na aplicação das recomendações do ME para o ano lectivo 2007/08.

3.1. Entidades Promotoras das AEC

De acordo com a legislação em vigor, entende-se por “Entidades promotoras” as entidades que se podem candidatar ao apoio financeiro, podendo ser as autarquias locais, as associações de pais e encarregados de educação, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e os agrupamentos de escolas.

Em 2007/08, os dados divulgados pela CAP (2007:5) indicavam que a promoção das actividades de enriquecimento curricular nas escolas do 1º ciclo era, maioritariamente, assegurada por autarquias locais (89%); apenas num reduzido número de escolas eram os agrupamentos de escolas (4,1%), as associações de pais (4,6%) e as IPSS (2,3%) que se assumiam como entidades promotoras dessas mesmas actividades. Nesse mesmo ano lectivo, o estudo sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular (SPRC, 2007) na região centro confirmava que das 81 autarquias inquiridas, apenas 1 indicou que as AEC eram promovidas pelo agrupamento de escolas.

No ano lectivo 2007/08, os dados que agora se divulgam, confirmam a tendência da predominância dos municípios enquanto principal entidade promotora das AEC constatada no ano lectivo anterior: respondida pela totalidade dos municípios, verificamos que das 79 respostas obtidas apenas em 2 a promoção das AEC é feita em conjunto pelos municípios e agrupamentos de escolas; os restantes 77 (97,5%) referem que é a Câmara Municipal a entidade promotora das AEC.

3.2. Entidades parceiras das actividades de enriquecimento curricular

A legislação em vigor permite às entidades promotoras estabelecer parcerias com diversas outras entidades com a finalidade de estas assegurarem, directa ou indirectamente, o desenvolvimento das AEC.

Em 2006/2007, o estudo efectuado pelo SPRC (2007:12) revelava que a gestão das AEC era realizada de 3 formas distintas:

- i) gestão exclusiva dos municípios/agrupamentos de escolas (46,9%);
- ii) gestão mista pública/privada (42,0%);
- iii) gestão privada ou empresarial (11,1%).

No que se refere à identificação das parcerias estabelecidas no ano lectivo 2007/08, dos 79 municípios inquiridos, apenas 8 não responderam a esta questão. Das 71 respostas validadas é possível verificar que 43,6% dos municípios referem como única parceria os agrupamentos de escolas; 40,8% indica que, para além das parcerias estabelecidas com os agrupamentos de escolas, também o fez com institutos de línguas; empresas; IPSS; universidades; ESE; externatos; juntas de freguesia, entre outras. Os restantes 15,4% declaram que estabeleceram parcerias exclusivamente com entidades de vária natureza, sendo que as que aparecem mais vezes referidas são: empresas, institutos; fundações; associações de tempos livres, etc.

Uma das recomendações produzidas pela CAP ia no sentido de se proceder à identificação e correcção de “todas as situações em que a interposição de parceiros entre os promotores e as escolas não acrescenta valor, mas, pelo contrário, consome recursos que devem ser destinados à acção dos alunos” (CAP, 2007:9). Apesar desta recomendação e das preocupações e exigências já relatadas no estudo do SPRC (2007:11-12) sobre esta matéria, a comparação entre os dados obtidos pelo estudo do SPRC em 2006/07 e 2007/08 permite concluir que, ao contrário do que era expectável, verifica-se um aumento do número de municípios que indicam ter estabelecido parcerias com empresas, institutos, fundações, etc.

O SPRC condena esta crescente entrega da gestão das AEC a instituições privadas, apesar de reconhecer que muitos municípios o fazem por não estarem

dotados de recursos humanos e logísticos para fazer face à complexidade que exige a sua gestão e monitorização.

O Sindicato dos Professores da Região Centro defende que os agrupamentos de escolas são as únicas instituições de educação públicas que possuem todas as condições para promover e gerir as AEC. Para que tal seja possível, é necessário e urgente que o Ministério da Educação altere a actual legislação de modo a legitimar os agrupamentos de escolas como as entidades responsáveis pela AEC no 1º ciclo do ensino básico.

3.3. Rede Escolar dos municípios

No conjunto dos 79 municípios que responderam ao questionário existem em funcionamento, no ano lectivo 2007/08, 1 467 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, frequentadas por 70 399 alunos (consultar Quadro 2, o qual contém informação detalhada por distrito).

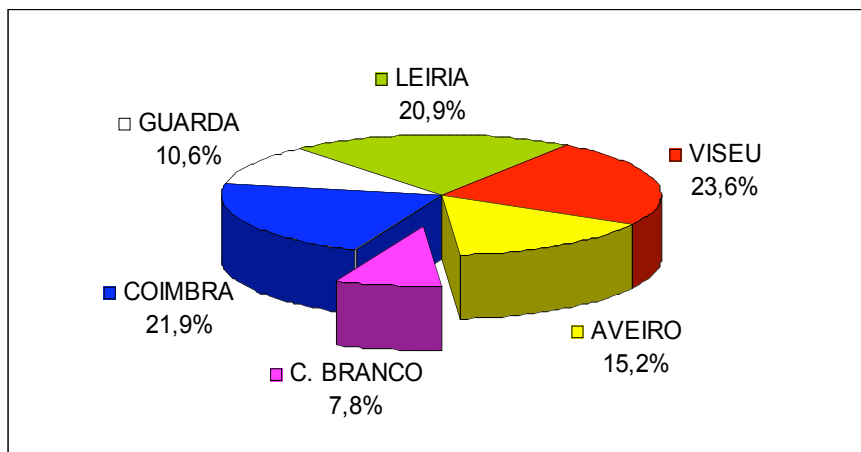
Quadro 2 – Total de EB1 e Alunos do 1º Ciclo existentes nos municípios que responderam ao questionário

Distritos	Total de EB1	Total de Alunos
AVEIRO	223	13995
C. BRANCO	114	5675
COIMBRA	321	14962
GUARDA	156	5936
LEIRIA	307	15586
UISEU	346	14245
TOTAL	1467	70399

3.3.1 Escolas do 1º Ciclo

Face ao conjunto dos municípios respondentes (79), pode-se observar pelos dados constantes do Quadro 2 que o distrito com maior número de escolas é Viseu (346 EB1), sendo Castelo Branco o que possui o menor número de escolas (114 EB1), antecedido pelo distrito da Guarda, que aparece em penúltimo lugar, com pouco mais de centena e meia de escolas (156 EB1).

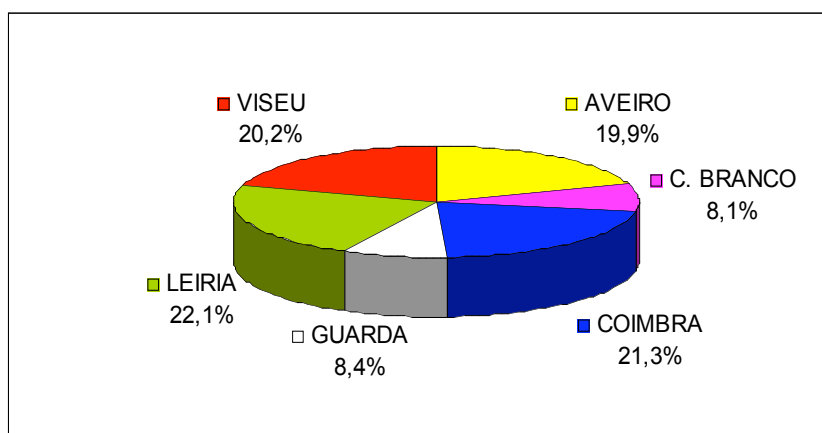
Gráfico nº1 – Distribuição do número de EB1 dos municípios respondentes, por distrito



3.3.2 Alunos do 1º Ciclo

Apesar do distrito de Viseu ser aquele que, no conjunto dos municípios respondentes, possui maior número de escolas do 1º ciclo, no que diz respeito aos alunos, é o distrito de Leiria que tem o maior número (15 586), seguido por Coimbra com 14 962 (21,3%) e, só depois, Viseu com 14 245 (20,2%). Os distritos com menor número de alunos são Castelo Branco e Guarda com 5 675 (8,1%) e 5 936 (8,4%), respectivamente, tal como se pode constatar pela análise do Gráfico nº 2.

Gráfico nº 2 – Distribuição dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos municípios respondentes, por distrito



3.4. Horário de funcionamento das EB1 e AEC

3.4.1. Horário de funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino

básico

O despacho n.º 14460/2008, de 26 de Maio, determina que os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico “manter-se-ão obrigatoriamente abertos, pelo menos, até às 17 horas e 30 minutos e por um período mínimo de oito horas diárias” (ponto 5); “o período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação no momento da inscrição, devendo ser confirmado no início do ano lectivo” (ponto 6). Para além disso, esta mesma legislação estabelece, também, a obrigatoriedade das actividades curriculares no 1º ciclo do ensino básico serem organizadas em “regime normal” – aquele em que se verifica a distribuição pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço, da actividade curricular (ponto 3) – e só a título excepcional, poderá essa mesma actividade curricular “ser organizada em regime duplo, com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde, dependente da autorização da respectiva direcção regional de educação e unicamente desde que as instalações não o permitam” (ponto 4).

Em relação ao horário de funcionamento das EB1 (consultar o Quadro 3), os dados do estudo revelam que das 1467 escolas do 1º ciclo do ensino básico identificadas, 1353 funcionam em regime normal (92,2%) existindo, ainda, apesar da excepcionalidade referida na legislação, 114 EB1 a funcionarem em regime duplo (7,8%).

Quadro 3 – Horário de funcionamento das actividades curricular e de enriquecimento curricular, nas EB1 da região centro

Distritos	Nº Concelhos	Total de EB1	Actividade Curricular		Actividade de Enriquecimento Curricular	
			Normal	Duplo	15h30/17h30	Outro
AVEIRO	11	223	211	12	178	45
C. BRANCO	8	114	109	5	97	17
COIMBRA	16	321	285	38	198	123
GUARDA	13	156	153	3	139	17
LEIRIA	12	307	290	23	242	65
VISEU	19	346	305	33	258	88
TOTAL	79	1467	1353	114	1112	355
			92,2%	7,8%	75,8%	24,2%

Os 3 distritos com maior percentagem de EB1 a funcionarem em regime duplo, por ordem decrescente, são: Coimbra (13,3%), Viseu (10,8%) e Leiria (7,9%). O distrito da Guarda é aquele que apresenta a menor percentagem de escolas com horário duplo (2%).

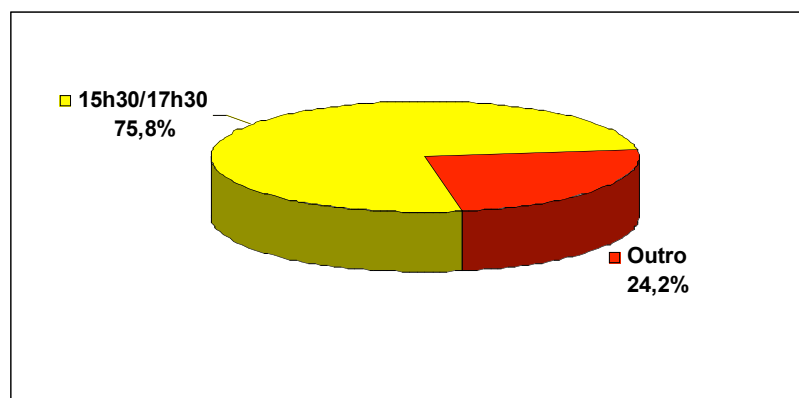
3.4.2. Horário de funcionamento das AEC

Ao mesmo tempo que a legislação estipula que as actividades de enriquecimento curricular não se podem sobrepor à actividade curricular diária, dá poderes aos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas para, “desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica” (ponto 22 e 23 do Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio).

Os dados do estudo apontam para uma percentagem expressiva de EB1 (24,2%) em que o horário estabelecido para o funcionamento das AEC não corresponde (na totalidade ou parcialmente) ao estabelecido pelo ME no Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio: das 15.30h às 17.30h.

Como podemos observar pelos dados constantes no Quadro 3, do universo global das escolas do 1º ciclo do ensino básico incluídas neste estudo (1467 EB1), o funcionamento das actividades de enriquecimento curricular entre as 15.30h e as 17.30h ocorre em $\frac{3}{4}$ das EB1 (75,8%) e, em cerca de $\frac{1}{4}$ das EB1 (24,2%) essas actividades desenvolvem-se fora desse período, conforme se ilustra no Gráfico nº 3.

Gráfico nº 3 – Horário de Funcionamento das AEC



Considerando apenas o universo definido pelo conjunto das EB1 onde as AEC funcionam fora do período estipulado pelo ME (355 EB1), verifica-se que em 32,1% dessas escolas (114 EB1), tal resulta do regime de horário ser duplo, ou seja, as AEC têm que obrigatoriamente ocorrer no período contrário ao da actividade curricular; contudo, em todas as restantes (241 EB1), o mesmo já não seria obrigatório verificar-se, dado que funcionam em regime normal. Assim, conclui-se que em 67,9% do universo considerado existe flexibilidade curricular, ou seja, as actividades curriculares são intercaladas com as actividades de enriquecimento curricular.

Numa análise mais “fina” a nível distrital e tendo em conta apenas as escolas cujo horário de funcionamento das AEC é “Outro”, a distribuição das percentagens das que funcionam em regime normal e que, portanto, têm flexibilidade de horário curricular, são as seguintes:

- **Aveiro – 73,3% (33 EB1);**
- **Castelo Branco – 70,6% (12 EB1);**
- **Coimbra – 69,1% (85 EB1);**
- **Guarda – 82,4% (14 EB1);**
- **Leiria – 64,6% (42 EB1);**
- **Viseu – 62,5% (55 EB1);**

Os dados sobre a elevada percentagem de EB1 com flexibilidade curricular, revelados pelo estudo, são muito preocupantes, mas, infelizmente, não são surpreendentes. Já no passado ano lectivo, 2006/07, o *Relatório Intercalar de Acompanhamento* (CAP, 2007:22) revelava que dos 22 220 professores titulares de turma em escolas do 1º Ciclo do Continente, dos quais, cerca de um quarto – 5 602 docentes – viram os seus horários flexibilizados (25,2%). O mesmo relatório apontava, ainda, para a presença, na área da DREC, de 1150 professores com flexibilidade de horário, ultrapassando em dois pontos percentuais (27,2%) a média nacional.

Apesar do inquérito por questionário não solicitar aos municípios a identificação do número de professores titulares de turma com flexibilidade de horário, o número elevado de escolas com flexibilidade de horário curricular (241

EB1) leva-nos a inferir que existe um grande número de professores do 1º ciclo que possuem, também eles, horários flexíveis.

3.5. Professores das AEC

O recrutamento dos professores necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular está sujeito, entre outros, a critérios relacionados com o perfil académico estabelecido para cada área de enriquecimento curricular (art.º 9º; 12º; 15.º e 19.ª, Capítulo III do Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio). Quanto à necessidade de definição do “perfil pedagógico” a ser exigido aos professores das AEC, expressa numa das recomendações da CAP (2007:8), desconhece-se que tenha existido preocupação do ME sobre a definição de tal perfil.

À excepção da actividade de Apoio ao Estudo, cujo acompanhamento é feito pelos professores do agrupamento (num grande número de escolas, o apoio ao estudo é realizado pelos professores titulares de turma), para as restantes áreas de enriquecimento curricular (ensino de inglês; actividade física e desportiva; ensino da música e outras de expressão artística), o recrutamento é realizado pelas entidades promotoras de forma directa ou através das entidades com quem estabelecem parceria (com excepção para os agrupamentos de escolas).

Apesar da legislação prever que nas situações de parceria, “os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros” (ponto 29 do Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio), são raros os casos em que os municípios indicam que possuem professores das AEC disponibilizados pelos agrupamentos de escolas, apesar da existência de um número crescente de professores com horário incompleto ou horário zero. No entanto, a legislação prevê que nos casos em que o agrupamento de escolas não é entidade promotora (situação mais frequente) mas disponibiliza recursos humanos para a realização de uma ou mais actividades de enriquecimento curricular, tem direito a receber, por parte da entidade promotora, e em termos a constar do acordo de colaboração, o montante correspondente à disponibilização dos referidos recursos humanos (ponto 7, art.º 3º do Capítulo II, Despacho nº 14460/2008).

Em 2006/07, no conjunto das seis Direcções Regionais (DREN, DREC, DREL, DREA, DREAlg) foram recrutados 13.461 professores para as actividades de enriquecimento curricular, sendo que na área da DREC eram 2.978 (CAP, 2007:2), representando 22,1% do total dos professores envolvidos nas AEC.

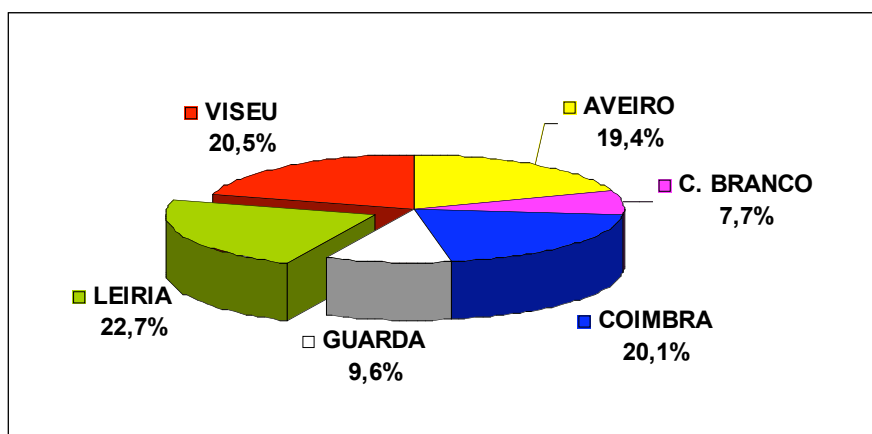
No conjunto dos 79 municípios envolvidos no estudo, distribuídos por seis distritos, os dados apontam para a existência, em 2007/08, de 2921 professores a trabalhar nas AEC. O distrito com maior número de professores é Leiria – 662 professores (22,7%) – e o distrito com menor número de professores apurado é Castelo Branco – 224 professores (7,7%).

Quadro 4 – Número de Professores das AEC nos municípios respondentes, por distrito

Distrito	Nº Total Prof. AEC p/Distrito
AVEIRO	567
C. BRANCO	224
COIMBRA	588
GUARDA	281
LEIRIA	662
UISEU	599
TOTAL	2921

Para além dos dados já referidos, destacamos o facto de existirem três distritos que possuem, cada um deles, mais de meio milhar de docentes envolvidos nestas actividades: Aveiro (19,4%), Coimbra (20,1%) e Viseu (20,5%), representando, no conjunto, 60% do total dos professores das AEC contabilizados no estudo.

Gráfico nº 4 – Distribuição dos professores das AEC, por distrito



No ano lectivo 2006/07, segundo dados disponibilizados pela CAP (2007), existiam na área da DREC um total de 4229 professores titulares de turma e 2978 professores das AEC, totalizando, no seu conjunto, 7207 professores. Tendo em conta este universo, no ano lectivo 2006/07 os professores das AEC representavam já 41,3% do total de profissionais a trabalhar directamente com os alunos.

Como já tinha sido atrás mencionado, apesar de neste estudo não se ter questionado sobre o número de professores titulares de turma existentes nos 79 municípios respondentes, não existem motivos válidos para acreditar que a percentagem dos professores das AEC em 2007-2008 seja significativamente distinta da obtida no ano lectivo anterior.

3.5.1. Professores por área de AEC

Já no ano lectivo 2006/07, a área de enriquecimento curricular que reunia o maior número de professores, quer por Direcção Regional de Educação (DRE), quer no conjunto das seis DRE's existentes, era a área da Actividade Física e Desportiva, contando com um total de 4121 professores recrutados, seguida pela área do Ensino do Inglês (3551) e pela Música com 3237 (CAP, 2007:21).

Os dados do presente estudo confirmam essa tendência, em 2007/08, para a região centro: a área de enriquecimento curricular que reúne o maior número de professores é a da Actividade Física e Desportiva, com um total de 920 (31,5%); em segundo e terceiro lugar aparecem as áreas do ensino do Inglês com um total de 811 professores (27,8%) e do ensino da Música com 670 (22,9%). A área da Expressão Plástica reúne 293 docentes (10%) e, por último, à área "Outra" (engloba expressão dramática, TIC, teatro, atelier de ciências, etc) estão afectos 7,8% (consultar Quadro 5).

Quadro 5 – Distribuição número de professores AEC, por área e por distrito

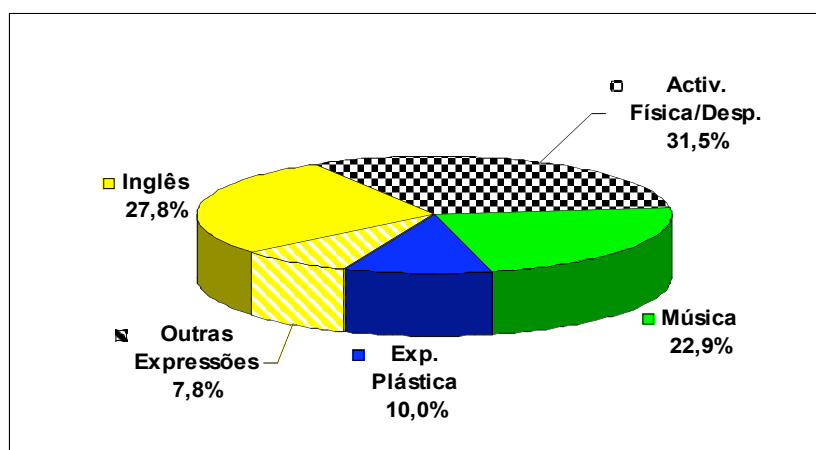
Distrito	Inglês	Actividade F./Desportiva	Música	Exp. Plástica	Outras Actividades
AVEIRO	161	183	129	29	65
C. BRANCO	67	77	44	27	9
COIMBRA	149	201	150	56	32
GUARDA	71	76	54	39	41
LEIRIA	200	207	156	72	27
VISEU	163	176	137	70	53
TOTAL	811	920	670	293	227

Numa análise dos dados a nível distrital, essa tendência é confirmada em todos os distritos: a actividade física e desportiva é sempre aquela que reúne o conjunto mais numeroso de professores.

O conjunto dos 920 professores de actividade física e desportiva, repartem-se pelos distritos, por ordem decrescente, da seguinte forma: Leiria é o distrito que aparece em primeiro lugar, com mais de duas centenas de professores para esta actividade (207), em segundo lugar aparece Coimbra com 201; seguido de Aveiro com 183; Viseu com 176; Castelo Branco e Guarda com um número muito idêntico, 76 e 77, respectivamente.

No caso do ensino do Inglês, também ao nível distrital é a área que aparece em segundo lugar, com excepção feita para o distrito de Coimbra em que a área do ensino da música (150) ultrapassa em um a área de inglês (149) e, por isso não é significativo.

Gráfico nº 5 – Percentagem de professores das AEC por área



3.5.2. Horário dos Professores das AEC

No preenchimento do questionário solicitou-se aos municípios que distribuíssem o conjunto de professores das AEC por 5 intervalos de horário semanal – de 1 a 5 horas; de 6 a 10 horas; 11 a 15 horas; 16 a 20 horas e, por último, de 21 a 25 horas, (consultar o Quadro 7).

Dos 2921 professores das AEC identificados, o presente estudo confirma que a esmagadora maioria (2 877) tem um horário de trabalho incompleto (98,5%).

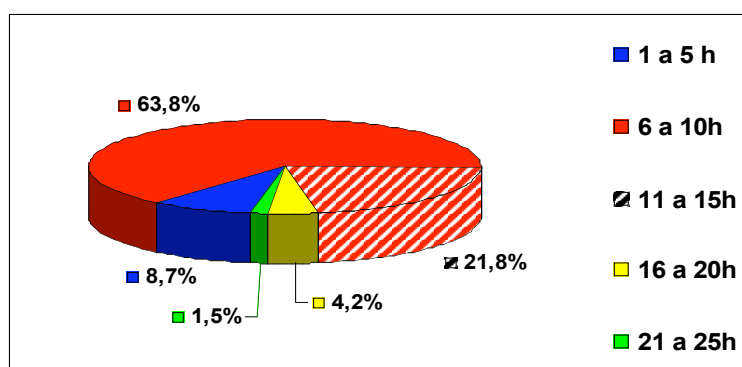
Destes, 2 117 docentes têm entre 1 e 10 horas de carga horária de trabalho atribuída (72,5%), sendo que o intervalo de horas que reúne o maior número de docentes – 1863 (63,8%) – é entre 6 a 10 horas e, em segundo lugar, é o intervalo entre 11 e 15 horas, com 638 docentes (21,8%), somando, no seu conjunto 85,6% do total, como se pode verificar pela consulta do Quadro 7.

Quadro 7 – Distribuição dos professores por intervalos de horário

Distritos	Horário Semanal dos Prof. AEC				
	1 a 5 h	6 a 10h	11 a 15h	16 a 20h	21 a 25h
AVEIRO	65	412	70	14	6
C. BRANCO	20	127	74	3	0
COIMBRA	44	296	186	36	26
GUARDA	26	227	28	0	0
LEIRIA	73	486	71	28	4
UISEU	26	315	209	41	8
TOTAL	254	1863	638	122	44
	8,7%	63,8%	21,8%	4,2%	1,5%
	85,6%				

Os intervalos de horas, atribuídas semanalmente aos professores das AEC, que reúnem o menor número de professores são os entre 16 a 20h (4,2%) e de 21 a 25h (1,5%). Neste último intervalo, dos 44 professores, só uma parte (o tipo de dados solicitados não permite quantificar quantos professores têm um horário de 25 horas) pode ter horário completo.

Gráfico nº 6 – Distribuição dos professores das AEC por intervalo de horário



3.5.3. Tipologia de Contrato

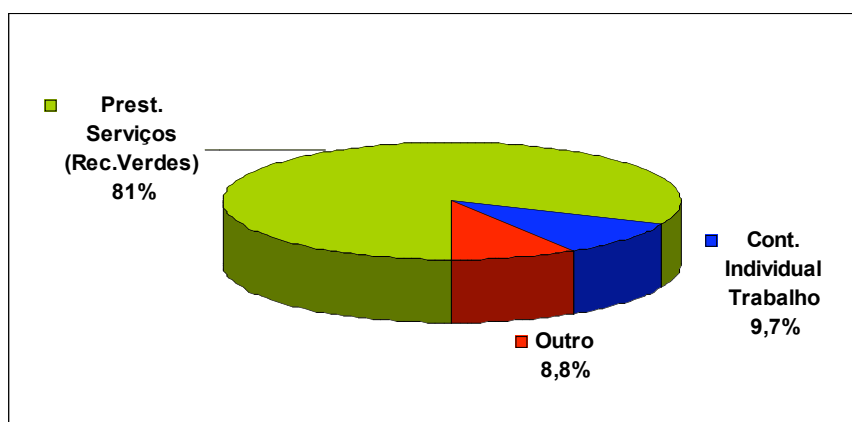
Nesta questão referente à identificação da tipologia de contrato estabelecida com os professores das AEC, dois dos municípios não responderam, significando que o universo dos professores considerado para a análise dos dados é, apenas, de 2 843 professores.

Quadro 8 – Tipologia de contrato

Distritos	Prest. Serviços (Rec. Verdes)	Cont. Individual Trabalho	Outro
AVEIRO	446	54	67
C. BRANCO	212	4	8
COIMBRA	461	75	52
GUARDA	193	53	35
LEIRIA	507	64	13
UISEU	499	25	75
TOTAL	2318	275	250
	81,5%	9,7%	8,8%

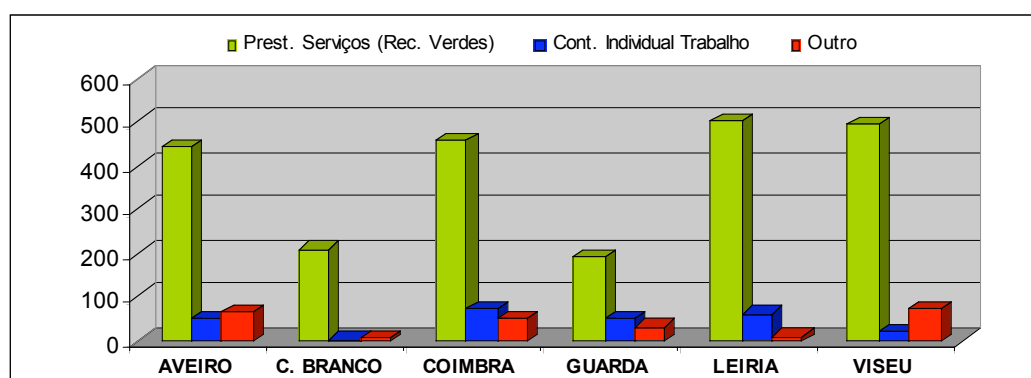
Como se pode verificar pela consulta do Quadro 8, a modalidade de contrato predominante é a de prestação de serviços (81,5%) a qual remete mais de dois milhares de professores para situações de extrema precariedade e arbitrariedade. Em segundo lugar, mas envolvendo apenas pouco mais de duas centenas e meia de professores, aparece referido o contrato individual de trabalho (9,7%) e, em último lugar, aparece a categoria “Outro” com 8,8%. Nesta última categoria, alguns municípios indicam que são, em muitos casos, professores dos quadros das autarquias, dos agrupamentos de escolas ou destacados para esse efeito, entre outros.

Gráfico nº 7 – Distribuição dos professores das AEC por tipologia de contrato



Numa análise por distrito verifica-se, em todos eles, que a percentagem dos professores com um contrato de prestação de serviços se situa acima dos 68,5%. Os distritos que possuem uma maior percentagem de professores com este regime de contrato (recibos verdes) é o distrito de Castelo Branco, com 94,6% (212), seguido pelos distritos de Leiria (86,8%) e Viseu (83,3%). Os distritos de Coimbra e Aveiro têm percentagens muito idênticas 78,4% e 78,7%, respectivamente. O distrito que apresenta a menor percentagem, mas ainda assim muito elevada, é o distrito da Guarda com 68,7%.

Gráfico nº 8 – distribuição por tipo de contrato e por distrito



3.5.4. Remuneração dos professores das AEC

Neste domínio, a intervenção e as denúncias do SPRC, realizadas ao longo do ano lectivo 2006/07 e as recomendações da CAP (2007:8) contribuíram para que o ME se visse condicionado a introduzir recomendações no sentido de fixar um valor mínimo por hora lectiva, calculado a partir do valor atribuído aos professores contratados: *i) com base no índice 126 quando possuam habilitação igual à licenciatura; ii) com base no índice 89 nos restantes casos* (ME/DGIDC, 2007).

Apesar das recomendações do ME para o ano lectivo 2007/08, do conjunto das respostas obtidas junto dos municípios verificámos que se mantêm uma grande disparidade de valores pagos/hora aos professores, pelos diferentes municípios. Esta conclusão é retirada da análise dos dados obtidos, apesar da questão referente ao valor pago por hora aos professores das AEC ter sido das menos respondidas: 11 municípios não responderam, 2 indicam não saber em virtude de terem passado a execução a outras entidades e, ainda, 5 remetem para a legislação em vigor, significando que apenas foram validadas 61 respostas.

Numa análise por distrito verificámos que o valor pago por hora aos professores das AEC oscila entre:

- Aveiro – 10,00 € e 15,00€;
- Castelo Branco – 10,00€ e 15,00 €;
- Coimbra – 9,00 € e 15,00€;
- Guarda – 7,19€ e 17,00€;
- Leiria – 7,19€ e 13,00 €;
- Viseu – 9,00€ e 15,00 €

A comparação entre os dados apurados quanto ao valor pago por hora em 2007/08 e os detectados pelo estudo do SPRC (2007) confirmam que houve uma tendência no aumento dos valores mínimos praticados em muitos municípios. Apesar desse aumento, os dados revelam que se mantêm a discricionariedade dos valores pagos por hora aos professores das AEC entre os distritos e, entre concelhos do mesmo distrito.

3.5.5. Periodicidade de pagamento

Do conjunto dos 79 municípios apenas quatro não responderam a esta questão. Todos os restantes (75) declaram que os professores das AEC são pagos mensalmente. Esta regularidade de pagamento mensal é uma evolução em relação ao ano anterior uma vez que foram muitos os municípios que, então, indicaram estar o pagamento aos professores dependente da regularidade da transferência das verbas do ME para as Câmaras Municipais, significando, na maioria dos casos, que os professores recebiam trimestralmente e reconheciam que, ao transferir o financiamento para as empresas contratualizadas, não controlavam a regularidade do pagamento aos professores, por estas entidades.

Apesar de o actual estudo revelar que, em 2007/08, aumentou, significativamente, o número de municípios que dizem pagar mensalmente aos professores, o SPRC tem recebido várias denúncias vindas dos professores das AEC que afirmam continuar a receber o seu vencimento sem a regularidade atrás referida.

3.5.6. Financiamento

Os 79 municípios responderam a esta questão e declararam que o financiamento a que se candidataram foi ao montante máximo atribuído para as AEC – 250€ por aluno – em vigor desde o ano lectivo 2006/07.

Quadro 9 – Financiamento atribuído pelo ME para as AEC, por distrito

Distritos	Total de Alunos	Financiamento
AVEIRO	13995	3.498.750 €
C. BRANCO	5675	1.418.750 €
COIMBRA	14962	3.740.500 €
GUARDA	5936	1.484.000 €
LEIRIA	15586	3.896.500 €
VISEU	14245	3.561.250 €
TOTAL	70399	17.599.750 €

Tendo em conta o número de alunos por concelho e por distrito e a identificação do “pacote financeiro” a que cada um dos municípios se candidatou

enquanto entidade promotora das AEC, verificamos que o montante global atribuído pelo ME, para o conjunto dos 79 concelhos, ultrapassa os 17 milhões e meio de euros, sendo que aos distritos de Leiria, Viseu e Coimbra foram atribuídos mais de 3,5 milhões de euros, cada; a Aveiro mais de três milhões e os distritos de Castelo Branco e Guarda tiveram a atribuição de perto de 1,5 milhão, a cada um deles.

Como é natural, uma vez que o cálculo do financiamento a atribuir é feito por aluno, é o distrito de Leiria que detém o maior montante (3.896.550€), seguido por Coimbra com 3.740.500€ e Viseu com 3.561,250 €.

Tal como em 2007, e apesar dos significativos montantes financeiros apurados neste estudo, são muitos os municípios que continuam a manifestar a necessidade de o ME aumentar o financiamento para executar estas actividades com qualidade.

Recentemente, o ME aumentou o valor máximo a atribuir por aluno de 250 € para 262,50€, a vigorar já para o próximo ano lectivo. Fica por saber se este aumento de 12,50€ será o suficiente para permitir aos municípios passar a pagar dignamente aos docentes e para adquirir o equipamento e materiais necessários, de forma a imprimir a qualidade exigida no desenvolvimento deste programa.

3.5.7. Recomendações

Depois de várias denúncias e exigências feitas pelo SPRC/FENPROF junto do ME sobre as fracas condições profissionais e pedagógicas detectadas em 2006/07, conjugadas com as críticas de outras entidades, o ME viu-se na obrigação de produzir recomendações, para o ano lectivo 2007/08, no sentido de introduzir uniformidade de critérios no que respeita à remuneração, às habilitações e contagem do tempo de serviço dos professores das AEC, para fazer face aos caos e à precariedade instalada, na generalidade dos municípios. Nestas recomendações, estavam contempladas, ainda, orientações para que os municípios e os agrupamentos elaborassem em conjunto os horários a atribuir aos professores e às turmas, numa clara tentativa de responsabilizar, conjuntamente, estas entidades, pela organização, sua implementação e consequências. Uma última recomendação prendia-se com a possibilidade dada aos municípios de substituir a música por outra actividade, em virtude de, em 2006/07 muitos municípios não terem conseguido contratar professores para esta área de

enriquecimento curricular e, por isso, ficaram impedidos de se candidataram ao financiamento máximo.

Como já era esperado, as recomendações, não sendo lei não foram seguidas por todos os municípios, como se pode constatar através da consulta do Quadro 10.

Quadro 10 – Recomendações do ME para as AEC (2007/08)

Distritos	Concelhos	Recomendações do ME – AEC 2007/08							
		Substituição do ensino da música por outra actividade		Remuneração dos professores das AEC		Habilitações para a docência e contagem tempo serviço		Elaboração dos horários das AEC: turmas e professores	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
AVEIRO	11	5	6	7	4	8	3	8	3
C. BRANCO	8	4	4	6	2	8	0	8	0
COIMBRA	16	7	9	14	2	16	0	15	1
GUARDA	13	4	9	9	4	11	2	12	1
LEIRIA	12	8	4	7	5	10	2	11	1
VEISEU	19	10	9	16	3	17	2	16	3
TOTAL	79	38	41	59	20	70	9	70	9
		48,1%	51,9%	74,7%	25,3%	88,6%	11,4%	88,6%	11,4%

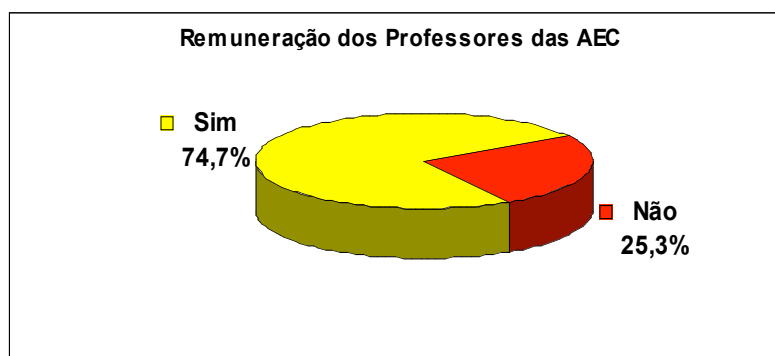
Na recomendação que permitia aos municípios substituir a música por outra actividade (Gráfico nº 9) quase metade optou por fazê-lo (48,1%), depreendendo-se, por isso, que algumas das razões que conduziu a essa substituição tem a haver com o facto de persistir uma grande falta de professores para o ensino da música e por ser uma actividade mal remunerada. Esta situação, na opinião do SPRC, necessita de uma intervenção urgente do ME no sentido de criar condições para aumentar o número de docentes na dinamização desta área de enriquecimento curricular, através da abertura de mais vagas nos cursos de formação inicial ligados ao ensino da música.

Gráfico nº 9



No que respeita à remuneração dos professores das AEC (Gráfico n.º 10), ¼ dos municípios indicam que não seguiram as recomendações do ME nesta matéria (25,3%). Este incumprimento por parte dos municípios confirma a discricionariedade de valores pagos por hora, aos professores das AEC.

Gráfico n.º 10

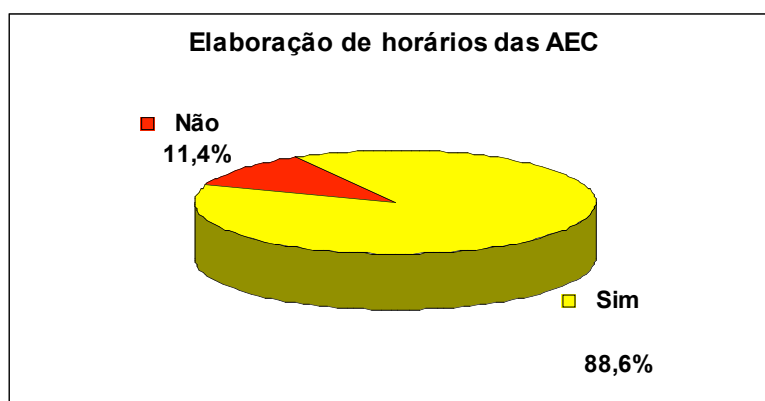


Nas recomendações relativas às habilitações para a docência, à contagem de tempo de serviço e à elaboração dos horários dos professores /turmas (Gráficos n.º 11 e 12) verificamos que são as recomendações que obtiveram maior percentagem de cumprimento por parte dos municípios (88,6%); no entanto destaca-se o facto de em 11,4% não existir uma responsabilidade partilhada e consequente articulação entre os municípios e os agrupamentos de escolas, nos aspectos essenciais da organização das AEC.

Gráfico n.º 11



Gráfico nº 12



Tendo sido possível ao SPRC, através da análise dos dados atrás mencionados, confirmar que um número significativo de municípios não seguiu as recomendações produzidas pelo ME, para o ano lectivo 2007/08, considera esta estrutura sindical como positivo o facto de as mesmas terem sido consignadas no Despacho nº 14459/2008, de 26 de Maio. Desta forma, todas as entidades promotoras terão que aplicar de igual forma a lei em vigor, permitindo por isso, corrigir a discricionariedade existentes, nomeadamente, no que respeita à remuneração dos docentes. Caso tal não venha a verificar em 2008/09, o SPRC estará atento e denunciará, prontamente, todos os incumprimentos detectados.

3.5.8. Constrangimentos detectados pelos municípios

Estando a ser aplicado o Programa das AEC, pelo terceiro ano consecutivo, nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, o SPRC entendeu ser importante questionar os municípios sobre os constrangimentos, que na sua opinião, precisam de ser corrigidos. Esta recolha de opiniões prende-se com a necessidade de o SPRC identificar quais são, na óptica dos municípios, os principais problemas que necessitam ser ultrapassados ou minorados, a curto prazo.

A esta questão, 16 municípios optaram por não responder (20,3%) e, dos 63 municípios respondentes, 12 indicaram apenas um constrangimento (19%).

Após a leitura de todas as respostas dos municípios a esta questão verificamos que vários dos constrangimentos assinalados são repetidamente referidos, destacando-se, pela sua frequência, os seguintes:

1. Falta ou inadequadas condições das escolas para ministrar as diferentes actividades;
2. Ausência de pessoal não docente para apoio à dinamização das actividades de enriquecimento curricular;
3. Dificuldade no acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, no período em que decorrem as AEC;
4. Insuficiência do valor do financiamento (250/aluno) face aos custos que exige a dinamização destas actividades;
5. Escassez dos recursos humanos qualificados para o ensino da música;
6. Concentração das actividades no horário entre as 15.30 e 17.30 horas, resultando um maior número de professores com reduzido horário;
7. Necessidade de flexibilizar o horário curricular para que desta forma seja possível atribuir maior carga horária aos professores das AEC e, assim,, estabilizar o corpo docente das mesmas;
8. Grande complexidade na elaboração dos horários, atendendo ao facto de nem todos os alunos se inscreverem nas AEC;
9. Dificuldade na contratação de professores, por não ser possível a conjugação de prazos dos concursos para as AEC com os concursos a nível nacional;
10. Dificuldade no recrutamento e manutenção dos professores das AEC em virtude da atribuição de horários e remunerações reduzidas;
11. A elevada precariedade no trabalho dos professores contratados como prestadores de serviços, em regime de tarefa;
12. Devido à incompatibilidade de horários dos professores titulares com os professores das AEC's, torna-se difícil o agendamento de reuniões com todos os intervenientes no processo;
13. Não uniformização de procedimentos para recrutar professores, modalidade de contrato e valor a pagar;
14. Dificuldade em encontrar espaços alternativos para o funcionamento das escolas de horário duplo;

Para além destes constrangimentos, existem outros, referidos em menor número, mas ainda assim, entendemos ser importante referir alguns deles:

- Resistência dos professores do 1.º CEB à implementação das AEC;
- Nem todos os alunos se inscreverem nas AEC;
- Não é possível substituir os professores das AEC quando algum deles tem necessidade de faltar;
- Falta de ginásios nas escolas do 1.º CEB para as aulas de educação física;
- Fraca valorização destas actividades por parte de alguns pais e encarregados de educação.

Os inúmeros constrangimentos destacados pelos municípios colocam em evidência as debilidades que existem na promoção das AEC, as quais resultam, em grande medida, do quadro conceptual e legal que consubstancia o funcionamento do actual modelo de escola a tempo inteiro. A resolução da grande maioria dos constrangimentos é da inteira responsabilidade do ME. É necessário que o Ministério da Educação tome medidas para que, no próximo ano lectivo, sejam dadas condições aos municípios, de modo a poderem ultrapassar os actuais constrangimentos.

O SPRC tudo fará para que esta exigência, junto do ME, se concretize.

3.5.9. Sugestões dos municípios para melhorar a qualidade das AEC

Após a identificação dos principais constrangimentos, foi também pedido aos municípios que indicassem duas medidas, que na sua opinião, eram fundamentais para ajudar a ultrapassar ou a minorar os problemas existentes na promoção das AEC.

Dos 79 municípios, 23 entenderam não se pronunciarem sobre as medidas que seria necessário introduzir para melhorar o funcionamento das AEC (29,1%).

À solicitação da indicação de duas medidas, dos 56 municípios que responderam (70,9%), 19 apenas indicaram uma só medida.

Após a leitura de todas as medidas propostas pelos municípios, verificamos que algumas delas se destacam pela frequência significativa com que foram referidas, no conjunto das respostas consideradas:

1. Autarquias serem apenas parceiras, devendo os agrupamentos ser promotores do programa;
2. As AEC devem fazer parte integrante do plano curricular do 1º Ciclo e, por isso, passarem a ter um carácter obrigatório;
3. Maior comparticipação da tutela, ao nível dos apoios financeiros;
4. Reorganização e requalificação do parque escolar – construção de novos centros escolares;
5. Colocação de pessoal não docente para acompanhamento dos alunos no decurso das actividades, por parte do ME;
6. A planificação das AEC deve ter em conta as actividades curriculares no sentido de ser um complemento destas, numa vertente mais lúdica;
7. Considera-se que o funcionamento do programa ao longo de todo o horário lectivo é indispensável para permitir a contratação dos professores necessários, com cargas horárias compatíveis com a estabilização do corpo docente;
8. Valorizar a função docente nos AEC's e promover a sua integração nas escolas;
9. Sensibilizar os pais e encarregados de educação e os professores do 1.º CEB para a importância das AEC;
10. Fixação de procedimentos a adoptar por todas as autarquias quanto ao tipo de contrato e efectuar com os professores, bem como os montantes a pagar;
11. Flexibilização dos horários por parte dos professores titulares de turma;
12. Mais e melhor supervisão pedagógica por parte dos professores titulares.

Muitas das medidas referidas pelos municípios para melhorar ou alterar o actual Programa de Generalização das AEC foram já apresentadas como reivindicação do SPRC/FENPROF ao ME, o qual, até agora, pouco ou nada fez para alterar ou melhorar o modelo.

Dado neste estudo se ter verificado que o diagnóstico dos problemas e as soluções apresentadas pelos municípios, sobre as AEC, são, na sua maioria, coincidentes com as posições do SPRC, entende-se que existem melhores condições para que sejam conjugados esforços no sentido de pressionar o ME a alterar, profundamente, o actual modelo de escola a tempo inteiro.

Principais Conclusões do Estudo:

Os dados apresentados ao longo deste estudo, permitiram-nos colocar em evidência alguns traços comuns na promoção das AEC e, simultaneamente, detectar os principais constrangimentos e as medidas que os municípios entendem ser prioritárias implementar, de modo a imprimir uma maior qualidade na oferta dessas mesmas actividades.

- 1. O estudo abrangeu 79 municípios, os quais comportam, no conjunto, 1 467 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, frequentadas por 70 399 alunos;**
- 2. Os municípios continuam a ser, na esmagadora maioria dos casos (97,5%), a principal entidade promotora das AEC, nas escolas do 1º ciclo do ensino básico da região centro, tal como acontecia em 2007;**
- 3. Em relação a 2006/07, verifica-se que aumentou (de 11,1% para 15,4%) o número de municípios que indicam ter estabelecido parcerias, de forma exclusiva, com instituições privadas (empresas, institutos, fundações); em consequência, diminuiu a percentagem de municípios que referem ter estabelecido apenas parceria com os agrupamentos de escolas (de 46,9% para 43,6%);**
- 4. Apesar do seu funcionamento ter carácter excepcional, existem, ainda na região centro 114 EB1 a funcionar em regime duplo (7,8%) e os distritos onde é atingida uma maior percentagem são Coimbra (13,3%), Viseu (10,8%) e Leiria (7,9%);**
- 5. Em 24,2% das EB1, as AEC funcionam, parcialmente ou na totalidade, fora do horário estipulado pelo ME (15.30h-17.30h);**
- 6. Em 2007/08, nos 70 municípios envolvidos neste estudo, existem 2921 professores a trabalhar nas AEC. O distrito com maior número de professores é Leiria – (22,7%) – e o distrito com menor número de professores apurado é Castelo Branco – (7,7%);**

- 7. A área de enriquecimento curricular que reúne o maior número de professores é a de Actividade Física e Desportiva, com um total de 31,5%; em segundo e terceiro lugar aparecem, respectivamente, as áreas do ensino do Inglês, com um total de 27,8%, e do ensino da Música com 22,9%;**
- 8. Conclui-se que existem 2 117 docentes com uma carga horária de trabalho atribuída entre 1 e 10 horas de (72,5%), sendo que o intervalo de horas que reúne o maior número de docentes – 1863 (63,8%) – é entre 6 a 10 horas e, em segundo lugar, é o intervalo entre 11 e 15 horas, com 638 docentes (21,8%);**
- 9. A modalidade de contrato predominante é a de prestação de serviços (81,5%) a qual remete mais de dois milhares de professores para situações de extrema precariedade; apenas 9,7% possuem contrato individual de trabalho;**
- 10. Os distritos que possuem uma maior percentagem de professores com recibos verdes é o distrito de Castelo Branco, com 94,6%, seguido pelos distritos de Leiria (86,8%) e Viseu (83,3%);**
- 11. O valor pago por hora aos professores é muito variável: entre 7,19€ e 15,00€. Mantém-se a discricionariedade dos valores pagos por hora entre concelhos e distritos, apesar de ter havido um ligeiro aumento dos valores mínimos atribuídos;**
- 12. A periodicidade do pagamento aos professores é feita mensalmente, constatando-se uma significativa melhoria no ano lectivo 2007/08, em relação à situação vivida pelos professores das AEC, no ano lectivo 2006/07;**
- 13. O montante global atribuído pelo ME, para o conjunto dos 79 concelhos respondentes promoverem as AEC, ultrapassa os 17 milhões e meio de euros;**

14. As recomendações do ME para o ano lectivo 2007/08 não foram tidas em conta por uma parte significativa dos municípios.

15. Dos inúmeros constrangimentos detectados pelos municípios, destacamos a inexistência ou inadequação das condições das escolas para ministrar as diferentes actividades; a ausência de pessoal não docente para apoio à dinamização das actividades de enriquecimento curricular; a dificuldade no acompanhamento feito aos alunos com necessidades educativas especiais, no período em que decorrem as AEC; a elevada precariedade no trabalho dos professores contratados como prestadores de serviços, em regime de tarefa e, a constatação de que o valor do financiamento atribuído (250/aluno) não ser suficiente, face aos custos que exige a dinamização destas actividades;

16. Os municípios propõem a tomada de medidas que passam pela exigência de as AEC passarem a fazer parte integrante do plano curricular do 1º Ciclo e, por isso, passarem a ter um carácter obrigatório; serem os agrupamentos de escolas os promotores das AEC e os municípios passarem à qualidade de parceiros; valorizar a função docente nas AEC e promover a sua integração nas escolas; fixação de procedimentos a adoptar por todas as autarquias quanto ao tipo de contrato e efectuar com os professores, bem como os montantes a pagar por hora;

Tendo havido uma grande percentagem de municípios envolvidos neste estudo (88,8%), permite-nos afirmar que os resultados e as conclusões que acabamos de enunciar, são passíveis de serem generalizados a todos os municípios da região centro.

Exigências do SPRC e da FENPROF

Os resultados deste estudo são preocupantes e confirmam as críticas que o SPRC tem vindo a fazer desde 2005, ano da implementação do actual programa das AEC. Perante o quadro que os resultados deste estudo permite traçar, o

SPRC exige a abertura de um processo negocial que conduza a uma alteração profunda do actual modelo das AEC, em vigor nas escolas do 1º ciclo do ensino básico de modo a permitir que:

- i) O fim, imediato, do recurso a "falsos" recibos verdes como forma de "contratação" de docentes para as AEC, bem como para qualquer outro tipo de actividade;
- ii) A extinção do actual modelo de actividades de enriquecimento curricular e o reforço da componente curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico com o ensino do Inglês, Música, Actividade Física e Desportiva e de outras eventuais áreas disciplinares, o que deverá traduzir-se na constituição de equipas educativas, de forma a adequar e a promover, de forma mais eficaz, as aprendizagens dos alunos;
- iii) A adequação dos espaços escolares e apetrechamento das escolas com materiais específicos adequados às exigências do currículo e planificações;
- iv) Uma verdadeira Escola a Tempo Inteiro, sendo asseguradas as melhores condições para a prática lectiva e garantidas respostas sociais de qualidade (actividades para ocupação de tempos livres) colocadas à disposição dos alunos e das suas famílias, competindo ao Ministério da Educação, por intermédio dos Agrupamentos de Escolas, promover esta multiplicidade de respostas.

Índice

Nota introdutória	2
1. Objectivos do estudo	3
2. Ficha Técnica	3
2.1. Amostra	4
3. Principais resultados.	
3.1. Entidades Promotoras das AEC	6
3.2. Entidades parceiras das actividades de enriquecimento curricular	7
3.3. Rede Escolar dos municípios	8
3.3.1 Escolas do 1º Ciclo	8
3.3.2 Alunos do 1º Ciclo	9
3.4. Horário de funcionamento das EB1 e AEC	10
3.4.1. Horário de funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico	10
3.4.2. Horário de funcionamento das AEC	11
3.5. Professores das AEC	13
3.5.1. Professores por área de AEC	15
3.5.2. Horário dos Professores das AEC	16
3.5.3. Tipologia de Contrato	18
3.5.4. Remuneração dos professores das AEC	20
3.5.5. Periodicidade de pagamento	21
3.5.6. Financiamento	21
3.5.7. Recomendações	22
3.5.8. Constrangimentos detectados pelos municípios	25
3.5.9. Sugestões dos municípios para melhorar a qualidade das AEC	27
Principais conclusões do Estudo	29
Exigências do SPRC	31